

Congresso custa por ano US\$ 1,5 bilhão

BRASÍLIA — A Comissão de Modernização do Senado quer adotar um programa de qualidade total, para acabar com o "desperdício e a inércia administrativa" da Casa. O relatório, preparado pela comissão, coordenada pelo senador Renan Calheiros (PSDB-AL), constatou que o Congresso brasileiro gasta US\$ 1,5 bilhão por ano e tem 10 mil funcionários, enquanto que o Congresso americano tem uma despesa anual de US\$ 2 bilhões e emprega 32 mil pessoas. O relatório recomenda também uma reformulação radical na estrutura funcional e administrativa do Senado.

Só o Senado, segundo o documento preparado pelo grupo da Comissão de Modernização, gasta R\$ 660 milhões por ano. O quadro funcional de 4.200 pessoas representa uma despesa de R\$ 258 milhões.

"Como pode isso ocorrer, se a remuneração vigente no Congresso americano é substancialmente maior do que no brasileiro, tanto para o parlamentar como para os servidores em geral?", questiona o relatório, que será entregue esta semana ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP)."

No que diz respeito à reformulação do processo legislativo, a Comissão de Modernização recomenda, no relatório de 95 páginas, que se altere o calendário de votações. Hoje, as sessões das comissões e do

plenário estão concentradas no período que vai de terça a quinta-feira.

O relatório, que é apoiado em uma pesquisa que ouviu os 81 senadores, recomenda que sejam realizadas três semanas de esforço concentrado por mês. Ou seja, nessas três semanas os senadores trabalhariam de segunda a sexta-feira, ficando livres na quarta semana para o trabalho político junto às bases eleitorais.

MPs — No questionário distribuído aos senadores, as medidas provisórias foram consideradas as vilãs do processo legislativo. "O verdadeiro congestionamento das pautas do Senado e da Câmara e a pouca produtividade do Congresso devem-se à injustificada e reiterada edição de MPs".

Embora quase 60% dos senadores sejam contrários à simples proibição de reeditar medidas provisórias, 87% querem criar algum tipo de mecanismo que estabeleça limites para que o Executivo utilize as MPs.

A Comissão de Modernização também detectou preocupação dos senadores com a reforma política. Entre os 81 integrantes do Senado, 79% declararam-se favoráveis ao fim da imunidade para os parlamentares acusados de crime comum e 81% defendem a adoção de critérios rígidos de fidelidade partidária.